

---

---

# Relatório Geral de Atividades ano 2003

---

---

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
Arquidiocese de Fortaleza

## Introdução

Este relatório constitui-se o registro de ações do CDPDH junto às famílias das Áreas de Risco e aos Povos Indígenas Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé no ano de 2002.

A descrição da primeira parte das atividades desenvolvidas com lideranças e famílias das Áreas de Risco de Fortaleza, residentes nas margens de rios, lagos e lagoas, trilhos, morros e prédios abandonados. A finalidade no ano de 2003 foi de formação de lideranças.

A segunda parte deste relatório diz respeito as atividades realizadas nas aldeias indígenas da região metropolitana do Pitaguary (Maracanaú-Pacatuba), Tapeba (Caucaia) e Jenipapo-Kanindé (Aquiraz). O CDPDH assumiu como prioridade a formação e assuntos de pauta do dia como a demarcação e homologação das terras indígenas.

### **DIRETORIA**

Presidente: Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques

Diretor: Pe Antonio Almir Magalhães de Oliveira

Secretária: Maria Zildete de Souza Queiroz

### **EQUIPE TÉCNICA**

Ana Lígia Peixe Laranjeira – Bacharel em Direito

Ana Maria de Freitas – Bacharel em Ciências Religiosas

Abelardo Coelho da Silva – Pós-Graduado em Direitos Humanos

Francisco Silvino da Silva – Bacharel em Direito

Francisco Antonio Ferreira de Almeida – Bacharel em Ciências Sociais e Mestrado em Educação

José Roberto Matos Cabral – Técnico em Educação

José Batista de Sá – Pós-Graduado em Filosofia Política e Social e Estudante de Direito

Kelanny Oliveira de Moraes – Pós-Graduada em Direitos Humanos

### **APOIO LOGÍSTICO**

Dianna Flávia Rabelo Vieiralves – Voluntária

Iany Mariella Pereira de Araújo – Recepcionista

José Enildo Moreira Costa – Digitador

José Claudécir Silva Cavalcante – Motorista

Maria José do Carmo Moura – Voluntária

## Parte 1

### Ações nas Áreas de Risco de Fortaleza e Lideranças

Atividades	Conteúdo	Objetivos	Quantidade	Público-Alvo
<p><b>1. Curso sequenciado sobre o funcionamento dos organismos de atendimento de moradia dos poderes públicos e da Sociedade Civil.</b></p> <p><b>2. Capacitação em Massa sobre Mecanismos de participação nos projetos governamentais de atendimento à moradia.</b></p> <p><b>3. Curso de Relações Humanas.</b></p> <p><b>4. Organização e Projetos Sociais.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de Calamidade Pública: o papel da Defesa Civil (municipal e Estadual);</li> <li>- O funcionamento da Seinfra;</li> <li>- O Poder Judiciário</li> <li>- O Funcionamento do Ministério Público (Estadual e Federal), as funções da Ouvidoria Geral do Estado e o Papel do Conselho de Direitos Humanos</li> <li>- O Plano Diretor Estadual de Habitação;</li> <li>- Resgate das ações municipais desde a década de 1960 até o surgimento do Habitafor.</li> <li>- Foram discutidas as responsabilidades da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- oferecer assessoria as famílias e lideranças para que possam reivindicar o seu atendimento de moradia com conhecimentos técnicos e jurídicos;</li> <li>- formar agentes multiplicadores nas comunidades das áreas de risco, durante todo o processo de reivindicação e atendimento de moradia às famílias;</li> <li>- promover uma articulação entre as áreas de risco atendidas e não atendidas, reforçando os conhecimentos das ações de reivindicação e organização, favorecendo a solidariedade entre os atores;</li> <li>- favorecer aos moradores das áreas de risco conhecimento de como elaborar projetos sociais, seu monitoramento e avaliar atendimento pelo poder público.</li> </ul>	<p>24 capacitações</p>	<p>50 lideranças das áreas de risco</p>

	<p>e Ouvidoria sobre as desapropriações de terras urbanas para fins de programas de habitação popular, debatendo o envolvimento das lideranças.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição do funcionamento do Poder Legislativo municipal, as instâncias de decisões e estrutura de atendimento da Câmara Municipal de Fortaleza e a relação da sociedade nas decisões.</li> <li>- Exposição sobre o funcionamento do Poder Legislativo estadual, as instâncias de decisões e estrutura de atendimento da Assembléia Legislativa e a relação da sociedade nas decisões.</li> <li>- Resgate histórico dos fundos e financiamentos nos programas do governo federal para a habitação</li> </ul>			
--	--	--	--	--

	<p>a partir da década de 1960 enfatizando os conflitos da sociedade (os sem-teto);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição sobre o Estatuto da Cidade (lei sancionada em 2001).</li> <li>- Comportamento da Constituição Federal e Legislação Estadual no âmbito do município que trata do direito à moradia.</li> <li>- Debate com o Coordenador de Habitação do Município e Debate com o Coordenador Estadual de Habitação</li> <li>- Debate com o Coordenador Estadual da Defesa Civil.</li> <li>- Exposição da Defensoria Pública Estadual. Momento de reivindicação das lideranças.</li> <li>- Análise sobre o Ministério Público Estadual e suas instâncias de ação.</li> </ul>			
--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição, estudo e análise sobre a importância dos Departamentos de Geografia e Urbanismo da UFC – Universidade Federal do Ceará, e as instituições CREA-CE – Conselho Regional de Engenharia Civil e CETREDE- UFC;.</li> <li>- Apresentação das entidades representativas da iniciativa privada: Pacto de Cooperação do Ceará e o Planefor;</li> <li>- as práticas do Movimento Popular – experiência de luta por moradia popular da FBFF – Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza;.</li> <li>- Estudo e análise ONG's e OG's, Pastorais que têm atuação sobre o direito à moradia.</li> <li>- Estudo, análise e levantamento da</li> </ul>			
--	---	--	--	--

	<p>realidade sócio-político-econômica na prática organizativa das entidades dos moradores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição do Ministério Público Estadual (Centro de Apoio às Minorias). Oportunidade de denúncias e reivindicações das lideranças.</li> <li>- As relações internas das entidades, relação com a comunidade x liderança.</li> <li>- Elaboração de projetos sociais: acompanhamento de sua execução e avaliação.</li> </ul>			
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-Alvo</b>
<b>5. Pesquisa – Relações de Gênero entre moradores de áreas de risco</b>	- Diagnóstico de relações de gênero entre os moradores e lideranças de áreas de risco	- Identificar as relações de gênero entre os moradores; - Obter conhecimentos; - desenvolver as relações de gênero entre os moradores das áreas de risco	01 pesquisa	10% das famílias de áreas de risco em quatro complexo atingindo 900 famílias de 9.000 famílias
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-Alvo</b>

<b>6. Curso de Garantias Individuais e Coletivas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Princípio cidadão da Constituição;</li> <li>- Os direitos fundamentais da pessoa humana;</li> <li>- políticas públicas</li> <li>- a forma de acionar o ministério público para garantir os direitos estabelecidos na constituição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- favorecer as lideranças das áreas de risco conhecimento dos direitos da pessoa humana;</li> <li>- ensinar a fazer petição;</li> <li>- procurar órgãos competentes para garantia da execução da lei.</li> </ul>	05 cursos	50 lideranças das áreas de risco
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-Alvo</b>
<b>7. Atendimento Individual de orientação jurídica para famílias pobres.</b>	Pensão alimentícia, orientação; Orientação sobre benefícios do INSS; - orientação sobre causa trabalhista; orientação de procedimento a famílias pós envolvidas em ocupações; orientação de proteção ambiental; Orientação sobre preconceito; encaminhamento de ex-presidiário a secretaria de trabalho e ação social do Estado;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oferecer as famílias sem condições financeiras auxílio com orientação jurídica e até mesmo assumindo a causa em favor destes;</li> <li>- Orientar e encaminhar aos órgãos competentes</li> </ul>	26 casos de orientação de 14 de Julho de 2003 e Dezembro de 2003	Moradores em geral sem condições financeiras.

	acompanhamento a vítimas de balas perdidas.			
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-Alvo</b>
<b>8. Acompanhamento de Ação Civil Pública com Obrigação de Fazer</b>	Preservação das áreas verdes, devolvendo a natureza seu espaço, oferecendo às famílias moradia dignas.	- Discutir com o poder público a limpeza de canais e rios; - Provocar o poder público para atendimento aos moradores (crianças, adolescentes e adultos) com moradias dignas.	01 ação	As famílias de áreas de risco da cidade de Fortaleza.
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-Alvo</b>
<b>9. Acompanhamento da Urbanização do Projeto Costa Oeste</b>	- Resolução das indenizações aos barraqueiros - estudo do documento do movimento costa-oeste do ano/97; - definição de reunião com o Governo do Estado; - definição de Audiência com a Caixa Econômica; - socialização de debate com o Governo; - definição de coordenação do movimento costa-oeste.	- acompanhar o processo de remoção de famílias no projeto; - capacitar as lideranças para o acompanhamento do projeto; - reunir as famílias e debater sobre alternativas no atendimento; - cobrar das autoridades competentes segurança e limpeza no espaço compreendido do projeto; - formar uma coordenação para encaminhamento das propostas das reuniões; - formar comissão de trabalho dentro da área.	15 reuniões	Associações, famílias e barraqueiros do costa-oeste envolvidos no projeto que tem o nome de costa-oeste.

## PARTE II

### Ações desenvolvidas nas etnias Jenipapo-Kanindé, Pitaguary e Tapeba

<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-Alvo</b>
<b>1. Preparação da Semana dos Povos Indígenas e Seminário “A Paz e a Luta pela Terra”.</b>	Demarcação das terras indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- decidir como seria, quem coordenaria, quem seria convidado, data, definição do tema, etc.</li> <li>- definir cartaz de divulgação, através de concurso. Todos desenharam uma proposta e todos votaram, escolhendo aquilo que representava a Semana. Essa tarefa já deu um tom de participação importantíssimo para o trabalho</li> </ul>	02 reuniões envolvendo comissão dos povos indígenas com a participação	Povo Indígena
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>2. Realização da Semana dos Povos Indígenas do Estado Ceará Data: 9 a 12 de abril de 2003</b>	A paz e a luta pela terra: Demarcação das Terras Indígenas, Programa Fome Zero, Saúde, Educação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar uma carta documento para ser entregue ao governo federal;</li> <li>- Troca de experiências e unificação das lutas.</li> </ul>	03 encontros de preparação com a etnias e seminário de encerramento	Povo Indígena
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>3. Acompanhamento aos povos indígenas na luta pela demarcação das</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- identificação do Povo Jenipapo-Kanindé;</li> <li>- Discussão do GT – Grupo de Trabalho, montado para relatar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agilizar o processo administrativo do Povo Pitaguary;</li> <li>- Fiscalizar as terras indígenas como forma de evitar invasões.</li> <li>Elaborar relatório de identificação</li> </ul>		Povo Indígena

<p><b>terras. Destaque: Nesse item, foi realizado acompanhamento dos processos relacionados à demarcação de Terra, que se encontram em tramitação, tanto a nível local, como em instâncias superiores. A grande notícia neste semestre foi à cassação da liminar que impedia o prosseguimento da demarcação na aldeia do povo Pitaguary.</b></p> <p><b>- Nesse tópico específico, foram efetivados contatos com o Procurador da República no Ceará, Dr. Márcio Torres, (22/04, 29/05, 17/06 e 24/06), que está encarregado da</b></p>	<p>junto ao MP – Ministério Público Federal e Polícia Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação das Terras Indígenas dos Índios para os Índios.</li> <li>- estudo antropológico das etnias.</li> </ul>	<p>do povo indígena;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar o cumprimento da liminar e fiscalização da área do Povo Jenipapo kanindé e Tapeba;</li> <li>- Fazer estudo, identificação e delimitação das áreas</li> <li>- Desenvolver estudos sobre os indígenas não reconhecidos oficialmente, para que estes possam ter acesso ao atendimento da saúde diferenciada.</li> <li>- Visitar instâncias do poder público com o intuito de discutir sobre demarcação.</li> </ul>		
---	---	--	--	--

<p>questão indígena na Procuradoria, onde discutir tanto a questão da demarcação da terra e seus conflitos, como questões sobre a comercialização de bebidas dentro da área indígena, concessão de rádio comunitária indígena e outras dificuldades pelos indígenas junto ao INSS ( Previdência Social), e problemas com Sindicatos Rurais e sobre as negociações para passagem das linhas de transmissão da CHESF – Companhia Hidroelétrica de São Francisco, sobre as terras Pitaguary; Foram</p>				
---	--	--	--	--

<p>efetivadas visitas aos fóruns de Maracanaú e Caucaia (09/06) para verificação de alguns processos ligados aos índios;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tivemos um encontro com o Procurador Jurídico da FUNAI-PB (Fundação Nacional do Índio), Dr. Otávio, sobre o problema da passagem das linhas de transmissão sobre a área indígena Pitaguary;</li> <li>- Foi feito acompanhamento junto a Polícia Federal (16/06), quando da audiência para ouvida de alguns índios que estão incluídos num inquérito policial</li> </ul>	<p>Terra e Água Livre</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- reunir representações de todas as dioceses do Ceará para celebrar a luta pela terra livre e água livre, como dom de Deus e direito de todos.</li> </ul>	<p>100 representações indígenas do Ceará</p>	
---	---------------------------	--	--	--

<p>de agressão contra brancos.</p> <p><b>3.1. Atividade: Dia “D” de Luta pela Terra.</b></p> <p>Este ano a Romaria teve como tema: “Água e Terra Mãe – Doação de Deus, Direito de Todos”. Participaram cerca de 5.000 pessoas, vindas de todas as dioceses do Ceará, onde os povos indígenas tiveram participação importantíssima, abrindo a caminhada de 8 km, na cidade de Aracati. Participaram 75 indígenas das 03 etnias acompanhadas por nossa equipe. - O evento e a</p>				
---	--	--	--	--

<p>participação dos povos indígenas repercutiram amplamente na Imprensa e na sociedade aracatiense, pois a grande maioria ainda não havia tido contato direto com estes povos. Foi uma oportunidade para os índios divulgarem sua cultura, venderem seus artesanatos e trocarem experiências da luta pela terra com os agricultores não índios, bem como com outros movimentos sociais.</p>				
Atividades	Conteúdo	Objetivos	Quantidade	Público-alvo
<p><b>4. Acompanhamento das Discussões da Educação Diferenciada junto</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estadualização das escolas indígenas;</li> <li>- merenda escolar;</li> <li>- ampliação de espaços e construção de novas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer o Projeto de Lei que regulariza a Escola Diferenciada;</li> <li>- discutir junto a SEDUC – Secretaria de Educação do Ceará a distribuição da merenda escolar;</li> </ul>	<p>32 índios</p>	<p>Povo Indígena</p>

aos professores indígenas e a SEDUC – Secretaria de Educação do Ceará.	escolas.	- ampliar ensino escolar e construção de espaços.		
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>5. Acompanhamento do atendimento da Saúde nas Aldeias por parte da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo ao uso da medicina tradicional;</li> <li>- discussão sobre construção de um posto de saúde dentro da aldeia;</li> <li>- discussão de quota mensal de motoristas dentro das aldeias;</li> <li>- Programa de saúde na Família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- incentivar uso de medicinas tradicionais nas aldeias.</li> <li>- construir posto de saúde em aldeias – culminar melhor atendimento;</li> <li>- avaliar as quotas dos motoristas que dirigem carro da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde;</li> <li>- avaliar PSF – Programa de Saúde na Família;</li> <li>- Fazer funcionar os conselhos distritais;</li> <li>- definir um dia para o carro estar na Munguba;</li> <li>- Melhorar o atendimento odontológico;</li> <li>- fazer horto medicinal nas aldeias – conhecer e controlar políticas de saúde na comunidade.</li> </ul>	80 índios	Povo Indígena
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>6. Desenvolvimento de Geração de Emprego e Renda</b>	Artesanato, cidadania, incentivo a escolaridade, conhecimento de	- capacitar jovens, entre mulheres e homens para a fabricação de artesanato nas aldeias Tapeba e Pitagaury.	30 jovens	Jovens Indígenas

	informática	- incentivar o espírito de cidadania e tradição entre os jovens indígenas		
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>7. Participação em encontro Nacional dos Povos Indígenas do Brasil – Brasília DF.</b>  <b>Destaque: foram realizadas visitas à 6ª Câmara, Congresso Nacional, FUNAI, CIMI, Ministério da Previdência, além de se tentar articular com alguns políticos.</b>	- convivência com outros povos, assembleia de discussão sobre atendimento do governo aos povos indígenas – demarcação das terras indígenas.	- Elaborar documento de reivindicações ao novo Presidente; - criar proposta de um conselho indígena nacional com a participação de índios, Ong's, universidades, funcionários federais lotados em diversas secretarias e outros.	08 índios	Povo Indígena
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>8. Encontros dos Conselhos e Associações</b> <b>Este encontro realizou-se no dia 15 de Março, com a participação de 30 lideranças ligadas aos conselhos e associações</b>	- memória da sua história; - informação – procedimentos de fundação de associação e conselhos; - orientação sobre estatutos; - a importância das entidades	- promover aproximação entre lideranças; - distribuir de poderes dentro das aldeias; - incentivar a participação dos jovens na vida das entidades; - discutir o atendimento externo aos índios; - capacitar as lideranças sobre o procedimento na fundação de uma	36 índios	03 associações e 02 conselhos indígenas.

<p>indígenas.  <b>8.1. Orientação de fundação de uma entidade e como proceder junto aos órgãos competentes como: Receita Federal, despesas cartoriais</b></p>		<p>entidade.</p>		
Atividades	Conteúdo	Objetivos	Quantidade	Público-alvo
<p><b>9. Encontros de formação.</b>  <b>- 03 encontros, com os temas: “Relações Humanas nas Comunidades indígenas”, “Valores Coletivos Indígenas” e “Identidade Indígena”.</b>  <b>- Participação no Plano Plurianual; 02 ENCONTROS SOBRE O PROGRAMA FOME ZERO, onde participaram as 03 etnias acompanhadas pela</b></p>	<p>- importância da terra, da união, do toré, etc;  - relações humanas (valores coletivos indígenas e identidade indígena)  Conhecimento das propostas e inserção de propostas no plano  - o programa fome zero e seu público;  - conhecimento e estudo da legislação</p>	<p>- participar de suas festas e rituais;  - elaborar documentos de convivência dentro das aldeias “Os Dez Mandamentos dos Povos” Indígenas;  - desenvolver novas relações entre as lideranças e comunidades indígenas;  - inserir propostas de atendimento as reivindicações dos índios do ceará no plano plurianual  - conhecer planejamento participativo;  - participar diretamente do programa fome zero enquanto etnia;  - estudar documento reivindicatório dos povos do ceará</p>	<p>135 índios</p>	<p>Povos indígenas, suas associações e conselhos</p>

nossa equipe.				
<b>03 SEMINÁRIOS SOBRE Legislação Indigenista</b>				
<b>Atividades</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>10. Acompanhamento Jurídico Organizacional</b>  <b>Destaque:</b> <b>REUNIÃO COM A SUPERINTENDE NTE DO INSS NO CEARÁ – ocorrido em 11/07, foi um avanço, pois há muito tentávamos conseguir uma audiência para que juntamente com as lideranças das aldeias, fossem colocadas todas as dificuldades por que passam os índios no Ceará quando do atendimento por</b>	Encaminhamento de aposentadorias, questões trabalhistas, auxílio maternidade, problemas criminais, relacionamentos com as próprias aldeias	- oferecer assessoria qualificada aos indígenas; - mediar audiência junto INSS (Previdência Social).	200 índios	Povos Indígenas

<p>aquele órgão nas cidades de Caucaia, Aquiraz e Maracanú, pois os funcionários maltratam os índios, com humilhações e discriminação, pondo em dúvida o fato de serem ou não índios, se realmente trabalham na agricultura, mesmo tendo apresentado Declaração da FUNAI. Devemos lembrar nesse encontro a participação de lideranças representativas das indígenas Tapeba e Jenipapo-Kanindé.</p>				
Atividades	Conteúdo	Objetivos	Quantidade	Público-alvo
<p><b>11. Articulação do Movimento Indígena e Sociedade:</b></p>	<p>- A História dos Povos Indígenas no Ceará</p>	<p>- divulgar a cultura indígena</p>	<p>10 reuniões</p>	<p>Povos indígenas e sociedade civil organizada.</p>

participação na Comemoração dos 70 anos do Museu do Ceará.				
---	--	--	--	--

## CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza nas áreas de risco de Fortaleza e o acompanhamento aos três povos indígenas da região metropolitana é continuidade de um trabalho que iniciou o triênio 2000-2002 e continua no triênio 2003-2005.

No ano de 2003, por ser de continuidade, os impactos dos trabalhos vão se delineando no transcorrer dos fatos. A tramitação na Câmara dos Vereadores do Projeto da Fundação de Habitação de Fortaleza – Habitafor é uma conquista. Com relação aos trabalhos nas áreas indígenas uma conquista foi a realização do relatório das terras dos Tapeba, fundamental para a demarcação e homologação das terras.

Acreditamos ser fundamental o trabalho junto a este público, pois numa sociedade baseada em interesses precisamos fazer com que esta sociedade tenha equilíbrio, que haja inclusão social, resgate da cidadania.